


Zimbra

092449090531@tre-ba.gov.br

Re: PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°18/2020

De : Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.gov.br>

Ter, 24 de mar de 2020 23:36

 4 anexos**Assunto :** Re: PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°18/2020**Para :** licitacoes <licitacoes@agiel.com.br>**Cc :** mahereda <mahereda@tre-ba.jus.br>, selic <selic@tre-ba.jus.br>

Prezada Licitante,

Segue anexa a resposta do setor técnico ao seu pedido de esclarecimento, bem como decisão e parecer jurídico da impugnação apresentada.

Informamos, na oportunidade, que o certame será republicado.

Milena Austregésilo Herêda
Analista Judiciário | SELIC
Pregoeira

De: "licitacoes" <licitacoes@agiel.com.br>**Para:** "mahereda" <mahereda@tre-ba.jus.br>**Enviadas:** Segunda-feira, 16 de março de 2020 9:21:11**Assunto:** PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°18/2020

Prezada Comissão de Licitações, bom dia,

Venho por meio deste documento, solicitar em nome da AGIEL - AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA EPP, empresa de direito privado, localizada na Rua Benedito Valadares, nº 255, 3º andar, Centro, Pará de Minas/MG, Cep 35.660-630, endereço de e-mail: licitacoes@agiel.com.br, telefones: (31) 4141-3200 / (31) 4063-8582/ (37) 3232-1179, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.406.617/0001-74, os seguintes pedidos de esclarecimentos referentes ao **Pregão nº 18/2020 do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA:**

1) O edital prevê em seu **TERMO DE REFERÊNCIA - 4. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO – 4.2 j) (Pág. 21)** “4.2. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, o TRE-BA e a Instituição de Ensino, no qual deverão constar os seguintes requisitos mínimos:

j) Assinaturas do estagiário, ou de seu assistente legal, se relativamente incapaz, do representante da Instituição de Ensino, do Diretor-Geral do Tribunal e da Contratada;”

Conforme infra demonstrado, verifica-se claramente que a atividade de estágio, regida pela Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008, tem como sujeito apenas a Parte Concedente do Estágio (empresa), a Instituição de Ensino (escola) e o Estudante (estagiário/a), ou seja, a atividade de estágio, nos moldes da Lei acima, é um acordo **TRIPARTITE**. Com isso, fica claro que o Agente de Integração não participa diretamente da relação de estágio. Eis que, sua participação limita-se à mero AUXILIAR no aperfeiçoamento do instituto do estágio. Senão vejamos abaixo:

SUJEITOS DA RELAÇÃO DO ESTÁGIO

Conforme se extrai do inciso **II, Art. 3º da Lei Federal 11.788 de 25/09/2008**, são sujeitos da relação de estágio o **Estagiário, a Instituição de Ensino e a Parte Concedente do Estágio**. Vejamos abaixo:

Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008

Art. 3º

II – celebração de termo de compromisso entre o **educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino**”;(grifo nosso).

E, o artigo 5º da Lei supra citada, estabelece que as Instituições de Ensino e as Partes Cedentes de estágio **"PODEM"**, a seu critério, recorrer aos serviços de Agentes de Integração públicos e privados [...]. Vejamos abaixo:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio "podem", a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação. (grifo nosso).

E, o **"§ 1º deste mesmo Artigo"** esclarece que os **Agentes de Integração** atuarão como **"AUXILIARES"** no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, e, restringindo à sua atuação aos incisos **"I – II – III – IV – V"**. Senão vejamos abaixo:

Art. 5º

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como **"auxiliares"** no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes. (gn)

E o Artigo 16º, desta Lei expõe que é **VEDADA** a atuação dos **Agentes de Integração como representante de qualquer das partes**. Vejamos abaixo:

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo **estagiário** ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais **da parte concedente e da instituição de ensino, VEDADA** a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como **REPRESENTANTE** de qualquer das partes. (destaque nosso)

E, a **Nova Cartilha Esclarecedora a sobre a Lei do Estágio** (Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008) divulgada pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego, esclarece

o seguinte:

26. O que é o Termo de Compromisso?

O Termo de Compromisso é um acordo **TRIPARTITE** celebrado entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. (grifo nosso)

31. O que são os Agentes de Integração?

São entidades que visam, principalmente, **AUXILIAR** no processo de aperfeiçoamento do estágio, contribuindo na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando, instituições de ensino, estudantes e empresas (art. 5º da Lei nº 11.788/2008). (grifo nosso)

32. Qual o papel dos agentes de integração no estágio?

Cabe ao Agente de Integração, como **AUXILIARES** no processo de aperfeiçoamento do estágio:

- a) identificar as oportunidades de estágio;
- b) ajustar suas condições de realização;
- c) fazer o acompanhamento administrativo;
- d) encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; e
- e) cadastrar os estudantes (incisos de Ia V do art. 5º da Lei 11.788/2008). Os agentes de integração podem, ainda, selecionar os locais de estágio e organizar o cadastro dos concedentes das oportunidades de estágio. (art. 6º da Lei 11.788/2008). (grifo nosso)

33. O Agente de Integração pode atuar como representante do estagiário, da parte concedente ou da instituição de ensino no Termo de Compromisso de Estágio?

NÃO. O Termo de Compromisso de Estágio deve ser firmado pelo estagiário ou pelo seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração como representante de qualquer das partes (art. 16 da Lei 11.788/2008).(grifo nosso)

55. Quem deve assinar o Termo de Compromisso de Estágio?

Obrigatoriamente, devem assinar o Termo de Compromisso de Estágio o educando (ou seu representante ou assistente legal), **a parte concedente do estágio e a instituição de ensino** (inciso II, art. 3º da Lei 11.788/2008).(grifo nosso)

FONTE: <http://www.agiel.com.br/manuais/cartilha-mte-estagio.pdf>.

Com efeito, por todo exposto acima, nota-se claramente o legislador permitiu que a formalização do Termo de Compromisso de Estágio e Termo Aditivo apenas entre o Educando, a Parte Concedente do Estágio e a Instituição de Ensino, rigorosamente conforme definido no **inciso II, Art. 3º, Lei Federal 11.788 de 25/09/2008.**

Dessa forma, solicitamos a retificação do item supramencionado, devendo ser retirada a exigência do agente de integração como parte integrante para a assinatura dos documentos de

estágio.

Ainda, caso decidam de forma contrária (pela necessidade da assinatura do Agente de Integração), será aceita a assinatura eletrônica?

2) O Edital prevê em seu **TERMO DE REFERÊNCIA - 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – 8.1 i) (Pág. 24)** “i) promover o encaminhamento dos estudantes ao programa de estágio, observando rigorosamente a lista de classificação do processo seletivo proposto no item 3.1.2 em conformidade com as atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;”

a) O processo seletivo poderá ser realizado por meio da aplicação de provas objetivas online?

b) Quem será responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas? Qual o conteúdo a ser cobrado?

c) Qual a periodicidade da realização de processos seletivos? Em média, qual o número de inscritos?

3) Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, conforme determina o Art. 47 da Lei nº 123/2006, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica.

Ainda, a Lei nº 123/2006 em seu art. 48, inciso I, dispõe que:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

No mesmo sentido, o Decreto 8.538/2015 regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado às empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, senão vejamos:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

[...]

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante dos dispositivos legais supramencionados, verifica-se que a legislação possui o intento bastante positivo, materializando, efetivamente, o princípio do “tratamento favorecido” às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão do artigo 170, inciso IX, da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/06, **tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).**

Diante da nova redação, tornou-se um ato vinculado, ou seja, para cumprir o dispositivo legal supracitado, a Administração Pública deve e tem por obrigação realizar licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, quando o valor do item licitado não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Em resumo, resta claro e assentado no inc. I do art. 48 da Lei Complementar, a obrigatoriedade de a Administração realizar licitações voltadas apenas às Micro e Pequenas Empresas, ou seja, exclusivas para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por fim, cabe ressaltar que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA** está com processo licitatório aberto para contratação de Agente de Integração de estágios, **(EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO TCE/009313/2019)**, com sessão pública prevista para 24/03/2020.

E, conforme disposto no artigo 6º do decreto nº 8.538, de 2015, o instrumento editalício de tal certame prevê a participação EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E SOCIEDADES COOPERATIVAS.

Portanto, tendo em vista que ambos os certames possuem o mesmo objeto e serão realizados por órgãos localizados em um mesmo estado, não cabe ao TRE BA alegar as exceções previstas no art. 49 da Lei nº 123/2006 para se escusar de aplicar a exclusividade de participação a micro e pequenas empresas.

Por todo o exposto, considerando que o processo licitatório em questão prevê contratação de serviços em valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), solicitamos a retificação do **Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2020, do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, no sentido de incluir previsão de participação exclusiva de MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE– EPP, na forma do Art. 47, e do Art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) e, em seguida, dar continuidade ao referido Certame.

4) Tendo em vista que o presente edital é destinado à contratação de sociedade empresária, para a prestação de serviços de agente de integração, solicitamos que seja vedada a participação das Instituições sem Fins Lucrativos (independente do objeto contratado estar ou não previsto no estatuto ou no objeto social) tendo em vista o parágrafo único do art 12º da instrução normativa Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. abaixo transcrito

"Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa".




Aguardamos respostas!

Atenciosamente,

Érica Ferreira
Equipe Agiel

Telefone: (37) 3232-1179
www.agiel.com.br



-
-  **DECISÃO DIRETOR.pdf**
66 KB
 -  **PARECER ASJUR 1.pdf**
100 KB
 -  **RESPOSTA SETOR TÉCNICO.pdf**
60 KB
-

**Esclarecimento 25/03/2020 00:03:42**

1) O edital prevê em seu TERMO DE REFERÊNCIA - 4. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO - 4.2 j) (Pág. 21) "4.2. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, o TRE-BA e a Instituição de Ensino, no qual deverão constar os seguintes requisitos mínimos: j) Assinaturas do estagiário, ou de seu assistente legal, se relativamente incapaz, do representante da Instituição de Ensino, do Diretor-Geral do Tribunal e da Contratada;" Conforme infra demonstrado, verifica-se claramente que a atividade de estágio, regida pela Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008, tem como sujeito apenas a Parte Concedente do Estágio (empresa), a Instituição de Ensino (escola) e o Estudante (estagiário/a), ou seja, a atividade de estágio, nos moldes da Lei acima, é um acordo TRIPARTITE. Com isso, fica claro que o Agente de Integração não participa diretamente da relação de estágio. Eis que, sua participação limita-se à mero AUXILIAR no aperfeiçoamento do instituto do estágio. Senão vejamos abaixo: SUJEITOS DA RELAÇÃO DO ESTÁGIO Conforme se extrai do inciso II, Art. 3º da Lei Federal 11.788 de 25/09/2008, são sujeitos da relação de estágio o Estagiário, a Instituição de Ensino e a Parte Concedente do Estágio. Vejamos abaixo: Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008 Art. 3º II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino";(grifo nosso). E, o artigo 5º da Lei supra citada, estabelece que as Instituições de Ensino e as Partes Cedentes de estágio "PODEM", a seu critério, recorrer aos serviços de Agentes de Integração públicos e privados [...]. Vejamos abaixo: Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de integração "podem", a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação. (grifo nosso). E, o "§ 1º deste mesmo Artigo" esclarece que os Agentes de Integração atuarão como "AUXILIARES" no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, e, restringindo à sua atuação aos incisos "I - II - III - IV - V". Senão vejamos abaixo: Art. 5º § 1º Cabe aos agentes de integração, como "auxiliares" no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio: I - identificar oportunidades de estágio; II - ajustar suas condições de realização; III - fazer o acompanhamento administrativo; IV - encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; V - cadastrar os estudantes. (gn) E o Artigo 16º, desta Lei expõe que é VEDADA a atuação dos Agentes de Integração como representante de qualquer das partes. Vejamos abaixo: Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, VEDADA a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como REPRESENTANTE de qualquer das partes. (destaque nosso) E, a Nova Cartilha Esclarecedora a sobre a Lei do Estágio (Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008) divulgada pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego, esclarece o seguinte: 26. O que é o Termo de Compromisso? O Termo de Compromisso é um acordo TRIPARTITE celebrado entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. (grifo nosso) 31. O que são os Agentes de Integração? São entidades que visam, principalmente, AUXILIAR no processo de aperfeiçoamento do estágio, contribuindo na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando, instituições de ensino, estudantes e empresas (art. 5º da Lei nº 11.788/2008). (grifo nosso) 32. Qual o papel dos agentes de integração no estágio? Cabe ao Agente de Integração, como AUXILIARES no processo de aperfeiçoamento do estágio: a) identificar as oportunidades de estágio; b) ajustar suas condições de realização; c) fazer o acompanhamento administrativo; d) encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; e e) cadastrar os estudantes (incisos de Ia V do art. 5º da Lei 11.788/2008). Os agentes de integração podem, ainda, selecionar os locais de estágio e organizar o cadastro dos concedentes das oportunidades de estágio. (art. 6º da Lei 11.788/2008). (grifo nosso) 33. O Agente de Integração pode atuar como representante do estagiário, da parte concedente ou da instituição de ensino no Termo de Compromisso de Estágio? NÃO. O Termo de Compromisso de Estágio deve ser firmado pelo estagiário ou pelo seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração como representante de qualquer das partes (art. 16 da Lei 11.788/2008).(grifo nosso) 55. Quem deve assinar o Termo de Compromisso de Estágio? Obrigatoriamente, devem assinar o Termo de Compromisso de Estágio o educando (ou seu representante ou assistente legal), a parte concedente do estágio e a instituição de ensino (inciso II, art. 3º da Lei 11.788/2008).(grifo nosso) FONTE: <http://www.agiel.com.br/manuais/cartilha-mte-estagio.pdf> Com efeito, por todo exposto acima, nota-se claramente o legislador permitiu que a formalização do Termo de Compromisso de Estágio e Termo Aditivo apenas entre o Educando, a Parte Concedente do Estágio e a Instituição de Ensino, rigorosamente conforme definido no inciso II, Art. 3º, Lei Federal 11.788 de 25/09/2008. Dessa forma, solicitamos a retificação do item supramencionado, devendo ser retirada a exigência do agente de integração como parte integrante para a assinatura dos documentos de estágio. Ainda, caso decidam de forma contrária (pela necessidade da assinatura do Agente de Integração), será aceita a assinatura eletrônica? 2) O Edital prevê em seu TERMO DE REFERÊNCIA - 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - 8.1 i) (Pág. 24) "i) promover o encaminhamento dos estudantes ao programa de estágio, observando rigorosamente a lista de classificação do processo seletivo proposto no item 3.1.2 em conformidade com as atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;" a) O processo seletivo poderá ser realizado por meio da aplicação de provas objetivas online? b) Quem será responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas? Qual o conteúdo a ser cobrado? c) Qual a periodicidade da realização de processos seletivos? Em média, qual o número de inscritos? 3) Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, conforme determina o Art. 47 da Lei nº 123/2006, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica. Ainda, a Lei nº 123/2006 em seu art. 48, inciso I, dispõe que: Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) No mesmo sentido, o Decreto 8.538/2015 regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado às empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, senão vejamos: Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de: I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional; II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e III - incentivar a inovação tecnológica. § 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública

federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União. [...] Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Diante dos dispositivos legais supramencionados, verifica-se que a legislação possui o intento bastante positivo, materializando, efetivamente, o princípio do "tratamento favorecido" às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão do artigo 170, inciso IX, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/06, tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I). Diante da nova redação, tornou-se um ato vinculado, ou seja, para cumprir o dispositivo legal supracitado, a Administração Pública deve e tem por obrigação realizar licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, quando o valor do item licitado não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Em resumo, resta claro e assentado no inc. I do art. 48 da Lei Complementar, a obrigatoriedade de a Administração realizar licitações voltadas apenas às Micro e Pequenas Empresas, ou seja, exclusivas para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por fim, cabe ressaltar que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA está com processo licitatório aberto para contratação de Agente de Integração de estágios, (EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO TCE/009313/2019), com sessão pública prevista para 24/03/2020. E, conforme disposto no artigo 6º do decreto nº 8.538, de 2015, o instrumento editalício de tal certame prevê a participação EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E SOCIEDADES COOPERATIVAS. Portanto, tendo em vista que ambos os certames possuem o mesmo objeto e serão realizados por órgãos localizados em um mesmo estado, não cabe ao TRE BA alegar as exceções previstas no art. 49 da Lei nº 123/2006 para se escusar de aplicar a exclusividade de participação a micro e pequenas empresas. Por todo o exposto, considerando que o processo licitatório em questão prevê contratação de serviços em valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), solicitamos a retificação do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2020, do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no sentido de incluir previsão de participação exclusiva de MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP, na forma do Art. 47, e do Art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) e, em seguida, dar continuidade ao referido Certame. 4) Tendo em vista que o presente edital é destinado à contratação de sociedade empresária, para a prestação de serviços de agente de integração, solicitamos que seja vedada a participação das Instituições sem Fins Lucrativos (independente do objeto contratado estar ou não previsto no estatuto ou no objeto social) tendo em vista o parágrafo único do art 12º da instrução normativa Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. abaixo transcrito "Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa".

Fechar



Resposta 25/03/2020 00:03:42

Em consonância com as atribuições regimentais desta Unidade, apresento resposta aos questionamentos da empresa Agiel, dispostos nos itens 1 e 2 do documento nº 46885/2020. 2. No item 1, a empresa Agiel questiona o item 4.2, alínea j, do Termo de Referência, que prevê a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por parte também da Contratada. Cumpre esclarecer que, conquanto a referida empresa tenha citado o Art. 3º, inciso III, da Lei nº 11.788/2008 para solicitar a retificação do item supramencionado do TR, o Art. 5º da mesma Lei dispõe que: "As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas de licitação", sendo assim, esta Unidade entende que a aposição da assinatura por parte da Contratada não fere o Art. 3º, inciso III, da Lei nº 11.788/2008, se assim estiver acordado entre as partes, conforme dispõe o supracitado Art. 8º da Lei nº 11.788/2008. Esclareço, ainda, que, todos os Termos de Compromisso de Estágio emitidos pelo atual Agente de Integração são, por ele, assinados, bem como, que o Agente de Integração anterior também apunha a sua assinatura nos TCE' emitidos. De referência ao questionamento se seria aceita a assinatura eletrônica, esta Unidade não vislumbra óbice a esse formato. 3. No item 2, a empresa Agiel faz os seguintes questionamentos, aos quais apresentamos respostas: a) O processo seletivo poderá ser realizado por meio da aplicação de provas objetivas online? Resposta da SEREDE: conforme previsto no item 3.1.2 do TR, o processo seletivo deverá ser composto por avaliação objetiva (presencial). b) Quem será responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas? Qual o conteúdo a ser cobrado? Resposta da SEREDE: a Contratada será responsável por todas as etapas que envolvem o processo seletivo. O conteúdo a ser cobrado deverá ser compatível com o já visto em 50% do curso, para os estudantes de nível superior, e, no caso de estudante de nível médio, o conteúdo referente a um terço do curso. c) Qual a periodicidade da realização de processos seletivos? Em média, qual o número de inscritos? Resposta da SEREDE: não existe periodicidade definida para a realização de processo seletivo. A Contratante informará à Contratada as oportunidades de estágio a serem preenchidas e a Contratada fará o encaminhamento do estudante a partir de lista de classificação, após a realização de processo seletivo, até que a mesma se esgote. Quanto ao número de inscritos, tomando como base a última seleção realizada em 2018 por empresa contratada por este Tribunal, segue relacionado o quantitativo de inscritos para as vagas ofertadas: Nível Superior – Direito: 1861; Administração: 415; Comunicação: 135; Arquivologia: 9; Biblioteconomia: 17; Estatística: 6; Arquitetura: 181; Engenharia Civil: 208; Engenharia Elétrica: 95; Ciências Contábeis: 261; Secretariado: 23; Analistas de Sistemas (Desenvolvimento): 84; Analista de Sistemas (Infraestrutura de Rede): 32; e Analista de Sistemas (Suporte de usuários): 25. Nível Médio – Auxiliar Administrativo: 1588; Contabilidade: 105; Técnico em Logística: 128; Design Gráfico: 46. É a informação. Salvador, 17 de março de 2020. Liliane Maia Chefe da SEREDE